COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.619, DE 2007.

Altera os arts. 69 e 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, modificando a composição e a estrutura dos Conselhos Penitenciários.

Autor: Deputado ZENALDO COUTINHO

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.619, de 2007, de iniciativa do nobre Deputado Zenaldo Coutinho, propõe a alteração dos arts. 69 e 70, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, no sentido de modificar a composição e as atribuições dos Conselhos Penitenciários.

Em sua justificação, o nobre Autor afirma que “o sistema prisional brasileiro está falido e caótico”, argumentando que os presídios se tornaram escolas do crime. Além disso, assevera que é necessário tirar proveito dos instrumentos previstos na Lei de Execução Penal, entre os quais enfoca o Conselho Penitenciário.

Na alteração que propõe para o § 1º, do art. 69, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 inclui a determinação da existência de um conselho em cada município que tenha unidade prisional. Ademais, altera a composição do órgão, pela inclusão de representantes de vários segmentos envolvidos na execução penal.

Finalmente, o nobre Autor propõe o acréscimo de incisos ao art. 70 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com a finalidade de incluir novas atribuições ao Conselho Penitenciário, tais

como a de apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do Sistema Prisional e propor medidas de humanização, por exemplo.

A proposição foi distribuída à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, a proposição não recebeu emendas nesta Comissão Temática.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.619, de 2007 foi distribuído a esta Comissão por tratar de assunto atinente ao Sistema Prisional, nos termos em que dispõe a alínea “f”, do inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Ao analisarmos a proposição, segundo o ponto de vista da segurança pública, não há como negar o seu mérito, pelo que cumprimos o nobre Autor pela iniciativa. Os Conselhos Penitenciários desempenham uma importantíssima função na execução penal. Constituem-se em órgãos consultivos do juízo da execução penal e deliberam sobre pedidos de concessão de indulto, graça e comutação de penas relativas às pessoas definitivamente condenadas. Além disso, são responsáveis por realizar inspeções nos estabelecimentos e serviços penais. A partir dessa sumária enumeração de atribuições, pode-se inferir a distinção e relevância dos trabalhos que são conduzidos no seio desses Conselhos. Entendemos, portanto, que as propostas para o fortalecimento desse sistema são bem vindas.

Concordamos com a primeira proposta do PL 2.619/2007, que consiste em determinar a instalação de Conselhos em quantos forem os municípios que possuam uma unidade prisional. Esse foi um aspecto sobre o qual a Lei de Execução penal silenciou. A instalação de uma unidade prisional em um município traz diversas conseqüências que devem ser acompanhadas pelos operadores do direito, mas também pelos representantes de cada comunidade.

Segundo o ordenamento jurídico atual, não é obrigatória a existência de um Conselho por Município que seja sede de unidade prisional, o que dificulta as ações de fiscalização e de análise dos aspectos sobre os quais o Conselho deve se pronunciar ao juízo da execução.

A multiplicação desses Conselhos será positiva sob o ponto de vista do aumento da quantidade de pessoas e instituições na análise e avaliação do sistema prisional e de suas diversas realidades regionais. Além disso, a multiplicação dos esforços na fiscalização do Sistema Prisional e no levantamento dos problemas existentes pode colaborar, decisivamente, para a formulação de políticas públicas efetivamente promotoras do cumprimento integral da Lei de Execução Penal.

No que diz respeito à alteração da composição dos Conselhos, também somos favoráveis. A proposta trazida pelo nobre Deputado Zenaldo Coutinho, modifica o § 1º, do art. 69, da Lei de Execução Penal no sentido de enumerar as instituições que comporão os Conselhos, ao mesmo tempo que inclui representantes da sociedade e do Conselho de Assistência Social do Município. Atualmente, o texto do § 1º, do art. 69, da Lei de Execução Penal é o seguinte:

Art. 69.

§ 1º O Conselho será integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Penitenciário terá a duração de 4 (quatro) anos.

Na verdade, o § 1º, acima transcrito, já autoriza que os mesmos profissionais enumerados na proposta do PL 2.619/2007 componham os Conselhos, uma vez que suas categorias são mais gerais e podem incluir defensores públicos, magistrados e membros do Ministério Público, entre outros. De fato, colegiados similares à composição proposta já existem em diversos Estados que contam com Conselhos Penitenciários organizados. No entanto, sob o ponto de vista da segurança pública, a evidente vantagem da proposta em análise é a padronização da origem institucional de parte dos integrantes desses Conselhos.

Entendemos que algumas instituições devem ter lugar assegurado na composição do colegiado desse tipo de órgão. É o caso do Ministério Público, por exemplo, que, apesar de ter suas atribuições específicas no que tange à execução penal, pode ganhar institucionalmente ao participar de um colegiado que tem, entre suas atribuições, a fiscalização dos estabelecimentos prisionais. Raciocínio semelhante pode ser feito em relação à Defensoria Pública e ao Judiciário devido à proximidade que devem ter com a realidade da execução penal. Além disso, esses representantes podem servir como elementos de ligação entre as suas organizações e as demais instituições representadas no Conselho, o que promoverá o fortalecimento da articulação de ações conjuntas para a melhoria das condições de vida nos cárceres, da execução penal e, conseqüentemente, da segurança pública.

No que diz respeito ao mérito, resta analisar a proposta de inclusão das seguintes atribuições que serão acometidas aos Conselhos Penitenciários e que constam do art 2º, do PL 1.619/2007:

“Art. 70.

.....
V – Apresentar sugestões para aprimoramento do sistema prisional;

VI – Propor medidas de humanização;

VII – Auxiliar na agilização dos processos dos presos provisórios” (NR)

Não vemos qualquer óbice quanto ao acréscimo proposto, uma vez que a formulação de propostas para o aprimoramento do Sistema Prisional e de sua humanização decorre do trabalho de fiscalização que já é afeto aos Conselhos Penitenciários. É lamentável que seja necessário empregar a palavra humanização para expressar o tipo de mudanças que desejamos realizar em nossos cárceres. Esse assunto já é conhecido dos integrantes desta Comissão por meio de nossos debates, investigações e propostas para o aperfeiçoamento do Sistema Prisional. É, no entanto, exatamente o significado dessa palavra que define o que desejamos para nossas prisões: ambientes humanizados e promotores da ressocialização.

Por fim, parece haver necessidade de pequenos reparos no tocante à redação e técnica legislativas, aspectos que, no caso da proposição em análise, não interferem no mérito a ser apreciado

nesta Comissão e que serão objeto de análise específica na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Diante do exposto, somos **favoráveis à aprovação** do Projeto de Lei nº 2.619, de 2007.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 2008.

Deputado **ANTONIO CARLOS BISCAIA**
Relator